



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0004602-73.2009.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Usucapião - Usucapião Ordinária**  
 Requerente: **Ercília Basso Bernardi e outros**  
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal **Nome da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>**  
 << Nenhuma informação disponível >>:  
 >>:

Proc. 471/09

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

Conheço dos embargos de declaração deduzidos a fls. 203/204, interpostos pelos autores, contra a sentença de fls. 197/200, posto que tempestivos, mas não lhes dou provimento quanto ao mérito, posto que a decisão ora embargada, respeitado e preservado o entendimento do ilustre e combativo procurador dos embargantes, não encerra qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

De fato, “a omissão a que se refere o art. 535, inc. II, do CPC, é sobre ponto que deveria ter sido decidido e não foi. Não basta a omissão sobre argumento da parte, eis que este pode ser rejeitado implicitamente.” A propósito, veja-se: Alexandre de Paula, em Código de Processo Civil Anotado - vol. II - pg. 590,

Outrossim, o Juiz, conforme julgado publicado em RJTJESP - 115/207, "não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas, e tampouco a responder um a um, todos os seus argumentos."

De fato, posto que o livre convencimento do Juiz é princípio inseparável da própria atividade judicante, que há de ser muito mais informada pela ética do que pela estética. Deve ele ser extraído dos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mesmo quando não alegados pelas partes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

É certo que ao assim dispor, não se está pretendendo afinar livre convencimento, com simples e mero arbítrio; posto que a convicção resultante da pesquisa e do exame detalhado dos autos, há de vir suficientemente motivada.

Pois bem.

Nada há nos autos a afastar a presunção de que os condôminos (autores) vêm exercendo os poderes inerentes ao domínio, a posse dentre eles, sobre todo o imóvel e não cada qual sobre partes distintas do bem.

Em verdade, o estabelecimento ou fixação de cada condômino em parte determinada do imóvel não se constitui atribuição de posse ou propriedade.

Trata-se quando muito de mera combinação ou acordo entre os interessados, sem qualquer relevância jurídica.

Em havendo consenso na atribuição de parcelas diferenciadas, a questão deverá ser resolvida extrajudicialmente, posto que desnecessária a intervenção jurisdicional na hipótese.

Em verdade, o que os embargantes pretendem, com o oferecimento destes embargos, é a modificação da sentença e não sua declaração, o que configura ajuizamento não de embargos de declaração, mas sim, infringentes, situação inadmissível, até porque, não prevista em lei.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedentes os embargos de declaração mantendo a sentença, tal como está lançada.**

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 13 de janeiro de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**